



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
GABINETE  
SBS, QUADRA 2, BLOCO F, EDIFÍCIO FNDE - BRASÍLIA/DF - CEP: 70070-929

**PARECER n. 00006/2024/GABINETE/PFFNDE/PGF/AGU**

**NUP: 23034.038720/2023-51**

**INTERESSADOS: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE**

**ASSUNTOS: CONSULTA E ORIENTAÇÃO DE ATUAÇÃO - OUTROS ASSUNTOS**

**EMENTA:** Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Responsabilidade tributária. Entidades Executoras. Retenção. Contribuições Previdenciárias. Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR. Dever Legal.

## RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado pela Diretoria de Ações Educacionais - DIRAE com consulta a respeito de **procedimento a ser adotado pelas unidades executoras, no âmbito do PNAE, na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar individual para alimentação escolar** - SEI 4003221.
2. O processo foi instruído com os seguintes documentos:
  - o Ofício 1108/2023;
  - o Nota Técnica - SEI 3992880;
  - o Parecer n. 30/2022/DICAD/PFFNDE/PGF/AGU.
3. Os demais documentos serão citados caso seja necessário.
4. É o relatório.

## ANÁLISE JURÍDICA

5. O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE foi instituído pela Lei n. 11.947/2009, tendo como objetivo "*(...) contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo*" - artigo 4º.
6. A execução da política pública de alimentação escolar efetiva-se mediante a transferência de recursos financeiros do orçamento da União para os Estados, Distrito Federal e Municípios, sem a necessidade de convênio ou qualquer ajuste, mediante depósito em conta corrente específica - artigo 5º, §1º, Lei n. 11.947/2009.
7. Esses recursos financeiros devem ser utilizados exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios - artigo 5º, §2º, Lei n. 11.947/2009 e artigo 47 e 51 da Resolução n. 06, de 08 de maio de 2020, do Conselho Deliberativo do FNDE.

8. A dúvida do FNDE orbita a questão relacionada com o recolhimento da "(...) contribuição de 1,5% sobre a receita bruta obtida com a comercialização da sua produção, destinada para a seguridade social (1,3%) e para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (0,2%)" - SEI 4003221.
9. Nesse cenário, é importante registrar a ocorrência de duas situações: **(i)** a utilização dos recursos financeiros para aquisição de gêneros alimentícios; **(ii)** a obrigação fiscal/tributária de retenção dos valores da contribuição da previdência social.
10. No caso, trata-se de segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na qualidade de **contribuinte individual** (artigo 12, V, "a" da Lei n. 8.212/1991) e **segurado especial** (artigo 12, VII, "a" da Lei n. 8.212/1991).
11. A **contribuição previdenciária** do empregador rural pessoa física e do segurado especial está definida no artigo 25, I e II, da Lei n. 8.212/1991, totalizando o percentual de **1,3%** sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.
12. A Lei n. 9.528/1997 instituiu **contribuição de 0,2% para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR** - incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção rural, no caso de empregador rural pessoa física e do segurado especial.
13. Essas duas obrigações totalizam um percentual de **1,5% incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de produção rural** do empregador rural pessoa física e do segurado especial.
14. A Lei n. 8.212/1991 dispõe, em seu artigo 30, sobre a arrecadação e o recolhimento das contribuições devidas à Seguridade Social, consignando no inciso IV que *"a empresa adquirente, consumidora ou consignatária ou a cooperativa ficam sub-rogadas nas obrigações da pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do art. 12 e do segurado especial pelo cumprimento das obrigações do art. 25 desta Lei (...)".*
15. Ademais, a Receita Federal do Brasil, ao editar a **Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17 de outubro de 2022**<sup>[1]</sup>, disciplinou no artigo 159 a **responsabilidade pelo recolhimento das contribuições incidentes sobre a receita bruta oriunda da comercialização da produção rural**.
16. O recolhimento **deve ser realizado** pela **(i) empresa adquirente, inclusive se agroindustrial, consumidora, consignatária ou da cooperativa, na condição de sub-rogada nas obrigações do produtor rural pessoa física e do segurado especial** - (IV, artigo 159) e **(ii) órgãos públicos da administração direta, das autarquias e das fundações de direito público que ficam sub-rogados nas obrigações do produtor rural pessoa física e do segurado especial, quando adquirirem a produção rural, ainda que para consumo, ou comercializarem a recebida em consignação, diretamente dessas pessoas ou por intermediário pessoa física** - (V, artigo 159).
17. O FNDE registra que *"(...) essa Coordenação-Geral do Pnae delibera pela viabilidade das entidades executoras, na condição de sub-rogadas na obrigação do produtor rural individual, nas aquisições de gêneros alimentícios para atendimento do cardápio da alimentação escolar; procederem na retenção da Seguridade Social (Funrural), bem como, na contribuição destinada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)." - SEI 3992880.*
18. Nesse cenário, **entendo que não se trata de utilização de recursos do PNAE para pagamento de obrigações previdenciárias, fiscais ou tributárias**. Trata-se, na verdade, de responsabilidade tributária que foi atribuída às entidades executoras<sup>[2]</sup> para recolhimento da contribuição previdenciária e da contribuição do SENAR, conforme normativos acima citados.
19. Por fim, ressalto que o **Parecer n. 30/2022/DICAD/PFFNDE/PGF/AGU não se aplica ao presente caso**, uma vez **enfrentou o tema em outra perspectiva**, ou seja, no diz que respeito à utilização de *"(...) recursos transferidos do programa para pagamento de contribuições sociais e/ou impostos (...)"*, entendendo, de forma acertada, que *"(...) os repasses são exclusivos e destinados unicamente para aquisição de gêneros alimentícios."*

**CONCLUSÃO**

20. Diante do exposto, **entendo** que se trata de **responsabilidade tributária** que tem como fundamento a Lei n. 8.291/1991 e a Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17 de outubro de 2022, razão pela qual as **entidades executoras têm o dever de recolher/reter os valores correspondentes à contribuição previdenciária e à contribuição do SENAR**, devidas pelo contribuinte individual<sup>[3]</sup> e segurado especial<sup>[4]</sup>, incidentes sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.

21. Portanto, **não se trata de utilização de recursos do PNAE para pagamento de obrigações previdenciárias, fiscais ou tributárias**, tema que já objeto de manifestação dessa Procuradoria e que não se aplica ao presente caso.

22. **Sugiro**, ainda, que o FNDE avalie a possibilidade de solicitar a inclusão de um parágrafo específico para dispor sobre o PNAE no artigo 159 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17 de outubro de 2022, uma vez que na referida norma há regra individual a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem relação umbilical com o PNAE.

23. O presente parecer restringiu-se aos aspectos jurídicos formais, com base nas peças e informações técnicas constantes dos autos, não adentrando o mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do gestor ou da gestora. Ademais, cumpre destacar que todas as observações tiveram como premissa a veracidade e a exatidão dos dados e informações constantes do processo.

Brasília, 08 de março de 2024.

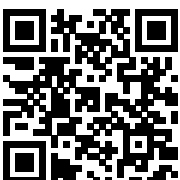
**Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro**

Chefe da Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
(documento assinado eletronicamente)

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23034038720202351 e da chave de acesso b4b38d50

#### Notas

- <sup>1</sup> *Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).*
- <sup>2</sup> **Resolução n. 06, de 08 de maio de 2020 - Entidade Executora – EEx:** Secretarias de Estado da Educação – Seduc, Prefeituras Municipais e escolas federais, como responsáveis pela execução do PNAE, inclusive pela utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, pela prestação de contas do Programa, pela oferta de alimentação nas escolas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, e pelas ações de educação alimentar e nutricional a todos os alunos matriculados. (artigo 7º).
- <sup>3</sup> *Artigo 12, V, "a" da Lei n. 8.212/1991.*
- <sup>4</sup> *Artigo 12, VII, "a" da Lei n. 8.212/1991.*



Documento assinado eletronicamente por CARLOS HENRIQUE BENEDITO NITÃO LOUREIRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1432577492 e chave de acesso b4b38d50 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS HENRIQUE BENEDITO NITÃO LOUREIRO, com certificado A1 institucional

